
Corpos e Vozes da Resistência – Confluências Fenomenológicas:
Resenha de *Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais:*
Interseções, Vol. I

DOI: 10.12957/ek.2024.89094

Debora Elianne Rodrigues de Souza¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
deboraelianne@gmail.com

Luciana Szymanski²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
lucianaszymanski@gmail.com

RESENHA DO LIVRO:

TRZAN, Alexandre e MATTAR Cristine. *Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais: Interseções*. vol I. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

Psicologia, Fenomenologia e questões decoloniais: Interseções - Volume I, organizado por Alexandre Trzan e Cristine Mattar, publicado no ano de 2022, assim como evidenciado no texto-prefácio é, além do título do livro, a nomeação de um projeto que, orientado por pressupostos do pensamento fenomenológico, deixa e faz ver aquilo que se mostra a partir de si mesmo, de forma alargada, apresentando possibilidades éticas, urgentes e fundamentais para compreender existências invisibilizadas pelos lastros da colonialidade.

¹ Psicóloga clínica e educadora antirracista. Mestra e Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Psicologia da Educação, da PUC-SP.

² Psicóloga clínica, docente do Curso de Psicologia da FACHS/PUC e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação.

O livro é composto por um prefácio e seis textos de autorias diversas que, de forma comprometida, convidam o público leitor a refletir sobre os impactos da colonização e da colonialidade na história brasileira, tendo como referência os processos de des-cuidados no campo da psicologia e as im-possibilidades de existir, sentir, ver, ouvir, fazer, saber e inter-agir, a partir de perspectivas e paradigmas plurais.

Podem invisíveis aparecer? Este é o título do texto-prefácio que visa assentar o chão das discussões realizadas nos capítulos constituintes da obra. De autoria dos filósofos Alexandre Cabral e Marco Casanova, o texto é um convite para compreendermos a modernidade como um projeto tempo-histórico europeu de constituição de mundo que, ao se colocar como referência e voz privilegiada, sustenta-se neste pilar hierárquico a partir do aniquilamento das existências não europeias que foram se estabelecendo por meio de violentos processos de colonização.

Neste sentido, apontam os autores para a urgente necessidade de compreendermos criticamente a função da dupla conceitual modernidade-colonialidade, uma vez que a segunda se torna condição de possibilidade da primeira, pois somente a partir da negação do Outro, isto é, o não europeu, é que a Europa se faz grande, instaurando, nesta esfera, uma outra relação fundamental para entendermos a complexidade deste projeto, a saber, a relação Mesmo-Outro que, dito em outras palavras, refere-se à relação Europa - Não Europa. O Outro, neste caso, é apresentado ao mundo a partir dos olhos europeus: aquele que não existe, não sabe e não pode. Como não consegue afirmar-se a partir de si mesma, Europa se afirma através da negação do Outro em todos os sentidos, garantindo a manutenção deste domínio a partir dos contínuos e estratégicos processos de silenciamentos e apagamentos.

Mas, como bem lembram os autores, este é um livro de inspiração fenomenológica, uma perspectiva totalmente eurocentrada, portanto, ao propor um diálogo com as questões decoloniais, este livro assume o desafio de realizar um alargamento ético desta perspectiva. Deste modo, referem que se o espírito fenomenológico compromete-se em ver o que aparece a partir de si mesmo, o diálogo com as questões decoloniais só se torna possível a partir da abertura de caminhos que possibilitem o aparecer dos Outros historicamente negados e/ou invisibilizados no pensamento eurocentrado, a partir deles mesmos.

É, assim, fundamental evidenciar, neste caminho, tanto a lógica colonial de invisibilidades como os processos criativos de luta e re-existências contínuas que possibilitam o aparecer com dignidade das existências encobertas pela colonialidade; paralelamente, modos de fazer psicologia nascem inspirados e aterrados a partir de perspectivas outras. Estes são os desafios entregues aos autores de cada um dos capítulos constituintes deste livro.

Para além da iniquidade: por uma ecofenomenologia decolonial, é o título do primeiro artigo do livro, no qual Alexandre Cabral, teólogo e doutor em filosofia, busca abrir os caminhos para o diálogo entre fenomenologia e questões decoloniais, realizando de forma específica uma reflexão sobre ecofenomenologia decolonial. Este texto apresenta considerável densidade uma vez que o necessário processo de desNorteamento das discussões exige a apresentação de conceitos e autores que incluem o eixo europeu mas não se limitam a ele.

Inicialmente o autor discorre sobre a existência de fenomenologias no plural, aquilo que vai chamar de espírito fenomenológico, isto é, o que vai permitir que a obra de diferentes autores possam ser reconhecidas como integrantes do movimento fenomenológico. Para o autor, o que promove este encontro é o propósito central da fenomenologia: “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo” (p. 19).

A compreensão desta discussão inicial é fundamental para que seja possível avançar na leitura do texto e compreender o conceito de desfenomenologização que, na lógica da colonialidade, torna-se responsável pelos processos de desalterização de alteridades humanas e não humanas (como a terra). Ao longo do texto, o impacto destes processos aparece na invisibilização de outridades e na transformação da terra em recursos.

Para dar conta de tais discussões, o autor adota uma trajetória interessante que se edifica no caminho teórico-conceitual a partir de contribuições do pensamento mítico judaico-cristão e de reflexões advindas de autores como Edmund Husserl, Martin Heidegger, Hannah Arendt, Emmanuel Levinás, Simone de Beauvoir, Achille Mbembe, Grada Kilomba, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, entre outros. Para tanto, organiza o texto a partir da divisão em subtítulos que nos convidam a refletir de forma aprofundada e detalhada sobre questões complexas como explicitado a seguir.

No primeiro eixo intitulado *Sobre iniquidade e desterro: as naturalizações da lógica do assassino*, o autor discorre sobre as injustiças promotoras de desterramentos e o fato das iniquidades naturalizarem as condições de invisibilidades. Aqui, o autor aprofunda discussões referentes à produção e estabilização de vidas mortas. No segundo eixo, *Sobre o mundo e a variação das alteridades: entre visíveis e invisíveis*, ocorre o aprofundamento das discussões sobre o mundo como espaço do des-aparecer. Entre horrores, crueldades e injúrias, quem aparece? Como aparece? Nesta discussão, fica evidenciada a preocupação com a naturalização das desalterizações. O terceiro eixo, *Ecofenomenologia decolonial e alterogênese: Como responder às necropolíticas coloniais?*, traz considerações, entre outras questões, sobre mundos de mortos e mortos-vivos; o autor reflete sobre a transformação da terra em recurso, como impacto dos processos de desfenomenologização e desalterizações. Alterogênese é o conceito apresentado pelo autor para uma guinada ecofenomenológica. “Alterogênese é o tornar-se fenomenologicamente outro em meio a um mundo que sequestra a alteridade” (p. 49).

Tendo como referência a produção de conhecimentos elaborados majoritariamente por intelectuais pertencentes ao sul global, o segundo artigo do livro intitulado *Não somos humanos e nem queremos ser: considerações para a construção de um processo de descolonização da Psicologia* de autoria de Ana Carolina, Andressa Vasconcelos, Bruno Pfeil, Ramiro Gonzales e Tarcísio Miranda, desenvolve uma escrita que se realiza com o corpo, para o corpo e a partir do corpo, tendo como referência as inquietações re-veladas nos corredores dos ambientes acadêmicos. Mas, que corpos, corpas, corporalidades-territórios-existências são esses que dão vida a uma escrita marcada por tantas inquietações?

Tal como apresentado ao longo do texto, trata-se de uma escrita coletiva elaborada por duas mulheres negras, cis, endossexo, bissexuais, sem deficiências e periféricas; um homem negro de pele clara, cis, gay, endossexo, sem deficiência e periférico, um homem cis, negro retinto, gay, endossexo, sem deficiência e periférico e uma pessoa transmasculina, intersexo, branca, sem deficiência e de classe média, todos integrantes do corpo discente de cursos de graduação em Psicologia ofertados por universidades particulares.

Somos todos humanos? Somos mesmo uma humanidade? Que tipos de violência a expressão “somos todos humanos” invisibiliza? Com estas interrogações e em um diálogo direto com os processos de formação em Psicologia a escrita realizada nos convoca a pensar as complexidades presentes na ideia de humanidade universal, que se mostra totalmente vinculada a uma suposta ideia-padrão, responsável por sustentar ideias-referências-hierárquicas-subalternizantes que, além de marcar os corpos que serão considerados humanos e não-humanos, notadamente edificam processos de colonização e sua manutenção. Assim, os autores apontam a necessidade urgente de utilização da interseccionalidade para não gerar compreensões universais para corpos plurais.

Ao trazer a discussão para o campo da formação em psicologia, os autores destacam que, em suas experiências, temas como diversidade sexual, de gênero, das relações étnico-raciais, entre outras interseccionalidades, muitas vezes acabam não sendo considerados pautas relevantes, na medida que acabam sendo sucumbidos pela afirmação de que “Somos todos Humanos”, expressão que, além de invisibilizar, sufoca um debate necessário para reconhecimento de existências diversas e possibilidades de produção de conhecimentos e linhas de cuidado dignas.

Na primeira parte do texto, além dos conceitos já mencionados, a saber colonização, colonialidade, interseccionalidade, tão bem trabalhados ao longo da escrita, também somos apresentados a discussões consideradas fundamentais para o processo de compreensão da reflexão proposta, tais como, territórios existenciais, branquitude e a noção de identidade dependente, noções de hegemonia e subalternização, Outridade, humanidade delirante, entre outros, além de um convite para a elaboração de perspectivas ecopsicológicas alinhadas com o pensamento decolonial e com a perspectiva contracolonial.

Se a Psicologia costuma ser conhecida como ciência e profissão, a segunda parte do artigo, com o subtítulo, Políticas de resistências: compreendendo o funcionamento e os efeitos da cis-heteronormatividade-branca em nossos corpos, se torna fundamental para os profissionais e estudiosos da área.

Partindo da compreensão de que a colonialidade se sustenta na pretensa relação de superioridade do pensamento racional europeu, os autores apresentam, neste tópico, o projeto da decolonialidade nomeado por corpo-político do conhecimento. Ressaltam que, ao passo que a noção de conhecimento colonial se legitima como “o” conhecimento,

acabam por deslegitimar outras formas de conhecer e produzir saber, eliminando-os totalmente do campo de discussão. Tal desqualificação aparece como instrumento privilegiado de negação de tudo que se apresenta de forma diferente da referência colonial.

Informados por pesquisadores de referência na área, os autores do artigo destacam que o meio acadêmico brasileiro foi fundado única e exclusivamente por mãos brancas europeias, cabendo a estes a delimitação dos modos de produzir e os tipos de conhecimentos válidos. Assim, a partir da crença de uma humanidade universal, apresentada pelos autores como humanidade delirante, tomaram para si a tarefa de definir o que são as coisas e quem são os Outros que aparecem diferentes deles. Neste caminho, entre tantas outras violências, a história da humanidade, se deparou com a frenologia, por exemplo, como forma de argumentação para a suposta inferioridade biológica, a patologização das pessoas LGBTQIA+ e tentativas contínuas de aniquilações por meio de internações compulsórias e validação de terapias de reversão.

Nesta parte do texto, entre outros autores, acontece um diálogo fundamental e propositivo com as obras dos intelectuais Deivison Mendes Faustino (Nkosi) e Frantz Fanon. O texto se encerra com uma afirmação importante para o campo da Psicologia “(...) Romper com a noção de humanidade universal é o primeiro passo para que possamos dar continuidade ao processo de descolonização da Psicologia.” (p 79). Esta afirmação evidencia e valida as experiências vividas pelos autores do texto, reconhece que toda e qualquer tentativa de universalização e neutralidade é produtora de violências contínuas para corpos historicamente subordinados, logo, impossibilitadoras de produção de cuidado em meio a pluralidade do existir.

Com referência direta a uma das grandes obras de Frantz Fanon, o terceiro texto do livro intitulado *Pele Colonial, máscaras fenomenológicas: Quando a colonialidade nos impede de ver os fenômenos*, se apresenta como fruto de inquietações diante dos modos de fazer realizados por pesquisadores e profissionais de psicologia que, orientados por pressupostos fenomenológicos, a saber, as noções de suspensão e o retorno à coisa mesma, sentem-se à vontade para descrever e compreender experiências de pessoas inseridas em outros contextos, sem a necessidade de alargamento de olhares.

O texto de autoria de Alexandre Trzan, um homem branco, cis, hétero, classe média do Rio de Janeiro, doutor em psicologia e professor universitário, descrição

realizada pelo próprio autor ao longo da escrita, além de vir repleto de perguntas, foi organizado de forma a endereçar a problematização e a reflexão crítica sobre as práticas psicológicas realizadas especialmente por pessoas brancas.

Após um breve apontamento sobre o contexto histórico brasileiro, as primeiras perguntas que aparecem no texto são: O quanto nossas existências são colonizadas e como isso repercute em nossos estudos e práticas de base fenomenológica? O quanto os profissionais identificados com a fenomenologia teriam realmente superado os preconceitos mais óbvios? Estão eles atentos ou não ao racismo e à LGBTfobia que estruturam seus olhares?

Posteriormente, com objetivo de articular as ideias entre fenomenologia e pensamento decolonial, o autor faz a apresentação de alguns acordos que unem profissionais da psicologia no campo fenomenológico, ocasião em que apresenta alguns pressupostos epistemológicos, metodológicos e conceitos como fenômeno e campo fenomênico, consciência intencional e/ou intencionalidade, historicidade e o pressuposto da indeterminação ontológica originária. Quanto ao último conceito, o autor chama atenção para os seus limites e os perigos de sua utilização enrijecida para afirmar a ideia de que “Somos todos iguais” e, assim, contribuir para a manutenção de uma clínica geradora de violências, dada a insistência da manutenção da universalização de um único modo de ser e aparecer.

Discorrer sobre o conceito de colonialidade é o modo que o autor utiliza para apresentar o processo histórico brasileiro apontando marcas e estruturas de poder e opressão. Seguido desta apresentação o autor coloca as seguintes questões: Qual a historicidade que nos constitui? A colonialidade que nos atravessa nos permite ver os fenômenos em sua radicalidade fenomenológica? Sustentamos uma clínica das possibilidades ou estamos fazendo uma clínica da re-sedimentação dos preconceitos e violências historicamente constituídos? O autor ainda chama a atenção para o fato de que as marcas da colonialidade seguem presentes de forma explícita na formação acadêmica, nos discursos e nas práticas junto à sociedade realizadas por profissionais da psicologia. Fundamentado em autores como Kabengele Munanga e Djamila Ribeiro, afirma que reconhecer e nomear as opressões é a primeira forma de combatê-las.

A reflexão sobre a dificuldade do branco em se racializar e a sua revolta quando a sua branquitude é apontada é o grande destaque deste texto. Assim, amparado por

autoras como Cida Bento, Grada Kilomba, Tatiana Nascimento, entre outras, o autor não só discorre sobre conceitos fundamentais como pacto da branquitude, privilégios, lugar de fala, culpa branca, estruturas raciais, mas também, apresenta exemplos (atitudes e falas de pessoas interessantes que apesar de se posicionarem como antirracistas, parecem não compreender o que está em jogo) a partir dos quais tais situações podem ser observadas no contexto vivido.

Diante disso, o autor enfatiza a importância do contínuo processo de letramento antirracista, antimachista, anticapitalista, antilgbtfóbico, entre outros no dia-a-dia de profissionais que se prestam a estar junto à diversidade do humano. Ressalta ainda que, no caso da pessoa branca, é fundamental o reconhecimento de sua branquitude e uma contínua atitude de atenção que a coloque disposta a ver privilégios e não normalizar e/ou naturalizar desigualdades e opressões. Para os profissionais que ainda não conseguem ver a importância de tais apontamentos, o autor sugere o seguinte auto questionamento - Como posso estar na clínica sem estes estudos e reflexões e, mesmo assim, acreditar que conseguirei ver a radicalidade dos fenômenos que se apresentam?

Antes de terminar o texto, ainda encontramos duas problematizações importantes, a saber: 1) O perigo do crescimento da oferta de atendimento social, focado na redução do valor financeiro e totalmente desconectado do compromisso com a realidade vivida por pessoas que acessam tais atendimentos em decorrência da realidade social e econômica e, 2) Inspirado pelo discurso sobre o perigo da história única, proferido pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie, o autor afirma que “Privilégio racial, resulta em privilégios epistêmicos” (p105), perguntando: Que história única é essa que informa sobre um Brasil plural?

Ao nos lembrar que uma das máximas da fenomenologia é a crítica à atitude natural, o autor encerra o texto entregando aos leitores o seguinte questionamento: Como ter uma atitude antinatural em meio a estruturas de opressão invisibilizadas e naturalizadas que obscurecem os fenômenos? As respostas e ou tentativas de responder a cada um dos questionamentos colocados em jogo são responsáveis por dar um contorno crítico e propositivo ao longo da escrita.

De autoria da psicóloga Maíra Clini, o quarto texto do livro intitulado, Por uma fenomenologia antropofágica brasileira: descolonialidade e clínica, é um convite para construção de um caminho decolonial para a psicologia fenomenológica existencial e

hermenêutica a partir da antropofagia de Oswald de Andrade. O caminho percorrido ao longo do artigo nos convida a fazer um deslocamento conceitual, gramatical e existencial com vistas a trazer a psicologia fenomenológica e hermenêutica para o seio da realidade brasileira. A ação clínica, apresentada como gesto profissional de abertura e escuta, é responsável por conduzir o leitor ao longo desta travessia.

Fenomenologias como início, é a subdivisão do texto no qual a autora faz uma retomada de alguns princípios fenomenológicos, responsáveis por auxiliar na construção do caminho proposto. Da fenomenologia de Husserl, a autora retoma conceitos como a crítica à atitude natural; crítica à dicotomia sujeito e objeto; retorno à coisa mesma de forma mais livre possível de preconceitos e pressupostos considerando o que se mostra e o que se esconde; respeito ao campo de mostração dos fenômenos, campos estes sempre situados geográfica e historicamente, com a ênfase na ideia de não-neutralidade. Como exemplo de epoché no contexto brasileiro, a autora sugere a suspensão dos pressupostos impostos pela colonização. No pensamento de Heidegger, a autora refere que temos a oportunidade de aprender que não somos sujeitos, somos Dasein, mortais, vulneráveis, e cuja existência sempre acontece com os outros. Lembra ainda a importância da atitude de estranhamento e a compreensão do método como caminho e não procedimento padronizado. Se Heidegger sempre voltava à Grécia para contrapor a tradição metafísica, pergunta a autora, por que não voltamos ao Brasil, ao saber dos nossos povos originários como contraponto ao colonialismo europeu?

Como a tarefa do texto é alargar a discussão para além da fenomenologia europeia, a autora cita rapidamente a existência de aprendizados que também podem ser encontrados no pensamento de Sartre, Merleau Ponty, Simone de Beauvoir e Hannah Arendt, evidenciando o processo de apagamento do trabalho realizado pelas duas últimas como sintoma da hegemonia colonial, machista e patriarcal.

Do espanto ao choque: pistas decoloniais, é a subdivisão onde a autora afirma que a possibilidade de descolonização do pensamento exige a experiência do choque que aflora da tensão que é a realidade brasileira. A explicitação do que vem a ser este choque vai se estabelecendo ao longo do texto. Para construir este caminho, a autora traz para o diálogo Grada Kilomba e suas orientações para o processo de descolonização. A produção de conhecimento realizada por autores como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Gayatri Spivak e Enrique Dussel, são citados como fundamentais nos estudos que se dedicaram às críticas

às hegemonias decoloniais na década de 60 e 70 e, a passagem do eixo pós colonial para o eixo decolonial nos anos 90 é apresentada a partir da formação da rede de autoras e autores latino-americanos, tais como Nelson Maldonado-Torres, Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Catherine E. Walsh, entre outras e outros, que marcaram a discussão da colonialidade a partir de três formas dominantes: Poder, Saber e Ser. No Brasil, a autora nos lembra das contribuições fundamentais de Paulo Freire, Lélia Gonzales até chegar a Oswald de Andrade, referência do estudo. Afirmo a autora que para pensar e agir decolonialmente é preciso se desprender das bases eurocentradas e sentir o choque.

Nas linhas que seguem, a autora retoma alguns dos princípios presentes nas práticas psicológicas de inspiração fenomenológica e hermenêutica, a saber: Clínica como postura que respeita as singularidades de cada contexto e as conjunturas sociais, históricas e territoriais; Clínica enquanto abertura ao que vem ao encontro; Uma clínica que, por não inspirar-se em uma teoria não pode ser aplicada, mas exige implicação frente aos encontros que se abrem e/ou se fecham a cada vez.

De acordo com a autora, não há maneira mais contundente de se implicar com algo que não seja devorá-lo, afirmando que, “A antropofagia abocanha os autores da fenomenologia escrita, passando-os por nossas entranhas antes de voltarem para o mundo, para que, assim, eles deixem de ser alheios à nossa realidade.” (p130).

Os desdobramentos destas ideias são apresentados de forma detalhada no subtítulo, Uma fenomenologia antropofágica ou uma antropofagia fenomenológica?, ocasião em que a autora nos entrega a tarefa de digerir, à nossa maneira, tudo que cair ao nosso prato epistêmico. Para isso, ao nos lembrar que os marcos colonizatórios preferem os sabores europeus e norte-americanos, nos apresenta a antropofagia tupinambá como outra possibilidade de degustação, trazendo sua contribuição tanto para a obra de Oswald de Andrade como para a possibilidade e construção de uma fenomenologia decolonial antropofágica. Coloquemos nosso estômago à prova! Este é o convite realizado pela autora.

Clínica como banquete é o subtítulo do texto que finaliza a discussão, no qual a autora faz a articulação dos conceitos apresentados com a prática clínica, sugerindo outros caminhos para o exercício da ação e concluindo que o cérebro sozinho não reverbera afetos; assim, nos convida a experimentar, como degustação, uma fenomenologia

antropofágica do gesto clínico. O caminho proposto inclui morder e escolher o que será abocanhado experimentando as diversas texturas, triturando, desconstruindo, digerindo e excretando tudo aquilo que não contribui para o ganho de força necessário para a execução do gesto fenomenológico, isto é, da ação crítica e transformadora.

Por um conceito de memória para a atuação da/o psicóloga/o é o título do quinto artigo do livro de autoria da psicóloga e pesquisadora Luiza Rodrigues de Oliveira e do psicólogo e pesquisador Abrahão de Oliveira Santos, ambos profissionais negros e docentes em programas de pós-graduação em psicologia. Neste texto, os autores tiveram a habilidade de sintetizar e trazer de forma extremamente didática uma discussão grandiosa, nos convidando a ver a partir de outras perspectivas, tendo como ênfase a contribuição angola-congo.

Qual é o lugar da Memória no campo da Psicologia? Qual é o lugar da memória na oferta de cuidado psicológico destinado à população negra? “Um povo sem memória é como uma árvore sem raiz”. Com tais questionamentos e com este ditado, os autores iniciam a reflexão proposta.

Para fundamentar as discussões, apresentam a pessoa a partir da noção de *múntu*, tendo como referência o saber angola-congo, e aproveitam a ocasião para realizar uma crítica acerca do apagamento e subjugação de saberes no colonialismo. De acordo com a perspectiva angola-congo, o *múntu* (pessoa) sem memória vai ter dificuldade de reconhecer a si mesmo, conhecer o mundo e a experiência de repousar na pertença família e comunidade.

Sem pertencimento não há solidariedade, reconhecimento dos seus, das lutas e da ancestralidade. Se a memória negra foi apagada da história do Brasil, o primeiro desafio entregue aos psicólogos, de acordo com os autores, é o compromisso de ativação desta memória, que inclusive será responsável por trazer de volta uma compreensão de Existência, a partir da ideia de Força ou Energia - ser-força-sendo -, conceitos bem trabalhados ao longo do texto.

Ao apresentar a memória enquanto guia/direcionamento das pessoas, os autores informam a necessidade de um alargamento na compreensão daquilo que a psicologia tem entendido enquanto memória; por isso, na segunda parte do texto, uma exposição detalhada sobre memória e psicologia é elaborada na qual são apresentados conceitos e estudos realizados por teóricos e estudiosos renomados no campo da psicologia, dentre

eles Jean Piaget, aproximando-os de Garcia-Roza e incluindo uma discussão sobre o conceito de denegrir, que será compreendido pelos autores como enegrecer.

A intelectual brasileira Beatriz Nascimento aparece como convidada de honra ao longo do texto pois, junto de suas ideias e produções, os autores denunciam a psicologia em sua fundação e o desenvolvimento teórico e metodológico direcionados a um único povo - o branco europeu - ao mesmo tempo em que evidenciam que a psicologia não pode mais espelhar a questão racial no Brasil em histórias negras situadas em outros contextos.

Com Beatriz Nascimento, os autores realizam uma convocação fundamental que os encaminha para a construção de um outro conceito de memória, pois “...Trata-se de contar uma memória aterrada na história do país no qual, na sua constituição como nação, está o apagamento da memória dos povos pretos e indígenas como política.” (p 162).

Assim, é exatamente com a intelectual brasileira que a necessidade de compreender a questão da memória do negro, no contexto brasileiro, vai ganhando força e sentido, evoca-se aqui, a lembrança de uma fala importante de Beatriz Nascimento que, ao ser interpelada em uma de suas muitas palestras no Brasil, respondeu que o passado de todas as pessoas presentes naquele contexto era o passado brasileiro e não o passado africano.

Neste momento do texto o conceito de memória começa a encorpar - memória compreendida como corporeidade afrodiáspórica do encontro com o território. Ir ao encontro da memória das mulheres e homens negros apresenta-se como fundamental pois remete ao vivido na diáspora, sem se livrar da melancolia do banzo, mas revelando-se também na experiência vivida das lutas.

Uma discussão sobre o inconsciente também se abre nesta parte do texto, mas vale ressaltar que tal reflexão não se assemelha (embora se inspire) às discussões propostas por Freud ou Jung, trata-se, ao contrário, de um diálogo específico com Beatriz Nascimento.

A finalização do texto acontece em dois momentos: no primeiro deles aparecem algumas pistas para que psicólogos possam trabalhar a partir do salto epistemológico-metodológico indicado por Beatriz Nascimento, que inclui, entre outros aspectos, compreender que o sentido de pertencimento do negro deve se constituir dentro da negritude e não fora dela. Nessa linha, o texto aponta para a obrigatoriedade de profissionais da psicologia estranharem cotidianamente a ausência de estudos raciais nas

psicologias. Na segunda finalização aparecem alguns chamamentos para os profissionais da psicologia: que psicólogos possam trabalhar para realizar a ativação e produção da memória dos negros e que possam trazer à tona a memória aterrada no território e não o inconsciente ou a memória psicológica à serviço da inteligência, pois a memória faz conexões com lutas, com ancestralidade, com o coletivo e com os processos de reorganização comunitária.

Encerram os autores afirmando que a primeira retomada é a da memória da força, das lutas e do direito da autodeterminação, por isso ela é fundamental nos processos de cuidados das populações negras e indígenas.

Trauma e desmentido à brasileira: A clínica como testemunho(a), escrito pela psicóloga Cristine Monteiro Mattar, é o sexto e último texto do livro e tem como fio condutor o tema depressão. Longe de ser mais um, entre os muitos artigos publicados que discutem a questão, o caminho de escrita e compreensão adotado pela autora é fundamental para que a depressão não seja pensada desconectada das condições do viver.

O texto inicia-se com um panorama sobre o tema a partir de dados da Organização Mundial de Saúde, corroborados com outras fontes de informações que nos levam a dimensionar o tamanho da problemática no Brasil. Ao trazer a discussão para o campo da psicologia, a autora apresenta a perspectiva que fundamentará a ideia de que traumas provocados por constantes situações de violação são responsáveis pela maior parte dos sofrimentos psicológicos no país.

Refere a autora que muitas vezes tais violações são desmentidas e/ou minimizadas pelo não reconhecimento e, que este não reconhecimento, nem sempre aparece, o que já é muito grave, a partir de negação ou apagamento das situações traumatizantes, mas também ocorre através da produção de outras versões que tendem a justificar ou minimizar a violência.

Um entre os muitos exemplos que autora utiliza no texto para auxiliar no processo de compreensão do leitor sobre a produção de outras versões sem a necessidade de apagamento é o seguinte: “Não é preciso cancelar o canal de denúncias de abuso sexual, basta não usar os dados reunidos na central de atendimento e afirmar que meninas de 10 anos, quando estupradas, são responsáveis, porque no fundo gostam ou recebem dinheiro em troca” (p. 177)

Posteriormente, a autora apresenta uma discussão teórica acerca dos conceitos de trauma e desmentido para, em seguida, fazer uma leitura dos conceitos de forma conectada à realidade brasileira. Trauma e desmentido à brasileira é o subtítulo do artigo no qual a autora vai encaminhar a discussão a partir da afirmação de que o Brasil se assenta sobre um mosaico de traumas e desmentidos. Os trabalhos sobre trauma realizados por Grada Kilomba, psicóloga e psicanalista portuguesa, e Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo martinicano, serão os responsáveis por adubar o solo da discussão. Uma enxurrada de dados catastróficos sócio-políticos do Brasil são apresentados para que a discussão possa se materializar e não ficar no plano do sobrevoos que permite o ver sem o compromisso com a transformação.

É preciso se deprimir com estes dados que revelam as intoleráveis condições de vida em que se encontra a população brasileira. É preciso se deprimir para avançar na leitura do texto e pensar a clínica como testemunho (a) que, de acordo com a autora, significa compreender que “A clínica como testemunha é o cuidado como reconhecimento da experiência traumática que foi desmentida(...)” (p191).

A autora encaminha o texto para a conclusão, questionando a psicologia clínica brasileira. Apresenta, para isso, o caminho da psicologia clínica, as mudanças de paradigmas ao longo dos tempos evidenciando, nesta trajetória, a importância da inclusão das dimensões sociais em uma perspectiva ético-política na década de 80, sem deixar de ressaltar a problemática da discussão de tais questões sem a presença dos sujeitos que vivenciam às violações cotidianas.

De acordo com a autora, a psicologia vai aos poucos se despertando, ao passo que outros corpos e vozes começam a falar em seu próprio nome, permitindo a construção de outras psicologias. Mas temos que lembrar que a profissão segue com marcas coloniais profundas, por isso é fundamental que a psicologia brasileira se repense historicamente, revise suas referências teórico-metodológicas e suas ações.

Podemos notar que isso vem ocorrendo e ocupando espaço nas discussões acadêmicas, no entanto, paralelamente surgem com bastante força psicologias que, ao se apresentarem como psicologias baseadas em evidências, definem qual é a evidência que é a mais verdadeira e, assim, não reconhecem, não negam, não apagam, simplesmente produzem outras versões que possam garantir a manutenção do lugar privilegiado.

Isso posto, consideramos este livro de extrema relevância, não apenas como uma possibilidade para o entendimento das questões contemporâneas, mas também como um catalisador para o início de um giro decolonial no campo das psicologias, particularmente nas vertentes fenomenológicas em seu profícuo diálogo com as questões decoloniais. Sua leitura propicia uma reflexão profunda sobre a necessidade de repensar as abordagens tradicionais e mesmo as possibilidades do pensamento fenomenológico, oferecendo um caminho inovador para a reconstrução das práticas psicológicas em consonância com uma perspectiva crítica e inclusiva.

Recebido em: 10/01/2025 | Aprovado em: 26/05/2025